

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

DANIEL DE FREITAS MESQUITA, inscrito no CPF nº 047.377.276-01, RG MG 10317108, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Almirante Barroso, nº 235, Apto 104, Catalão, Divinópolis/MG, vem respeitosamente apresentar

DENÚNCIA,

relativa a ilegalidades de atos praticados pelos agentes públicos do Município de Santo Antônio do Monte, cuja sede se encontra na Praça Getúlio Vargas, nº. 18, Centro, em Santo Antônio do Monte/MG.

1. Dos fatos.

Foi instaurado pelo Município o Processo Licitatório 163/2021 - pregão nº. 127/2021 para Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota do Município.

Publicado o edital, verificou-se que o mesmo contém cláusula que permitia a participação de empresas com sede a no máximo 23 km de estrada asfaltada da cidade de Santo Antônio do Monte.

Este Egrégio Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais, “a admissão de cláusula discriminatória é medida excepcional, cabível somente mediante análise de pertinência, relevância a atendimento ao princípio da competitividade do certame”. Não consta no

processo licitatório documento que comprove que o Município tenha realizado qualquer tipo de análise quanto à efetiva vantajosidade desta limitação de quilometragem. Além disso, a breve justificativa apresentada é sobremaneira genérica e não possui aptidão para sustentar medida tão gravosa.

Além disso, é importante mencionar que **a empresa Minas Fiat Distribuidora de Peças Automotivas Eireli-ME**, de propriedade deste denunciante, **teve contratação vigente durante todo o ano de 2021 com o Município de Santo Antônio do Monte com o mesmo objeto que está sendo licitado**. O fornecimento se deu de forma **regular e integral, sem qualquer intercorrência**. Prova disso é o fato de o próprio Município de Santo Antônio do monte ter emitido **atestado de capacidade técnica (anexo) da impetrante**.

Neste ponto, é necessário mencionar que a sede da empresa Minas Fiat dista aproximadamente 65 km de Santo Antônio do Monte/MG. Além disso, existem na mesma região da Minas Fiat (Divinópolis) inúmeras outras potenciais fornecedoras, o que favorece a competitividade na licitação.

Veja que qualquer justificativa para a limitação de localização do fornecedor em apenas 23km não possui amparo jurídico, notadamente diante do fato de que, na atualidade, há fornecedor localizado a 65km de distância (Divinópolis) que tem prestado os serviços satisfatoriamente, já que, repito, foi emitido atestado de capacidade técnica pelo próprio município.

Se os serviços prestados ou fornecimento de itens estivesse sendo realizado de forma não satisfatória, decerto teria havido a instauração de procedimento com a finalidade de promover a regularização da questão ou até mesmo aplicação de sanção à fornecedora. Contudo, o que o município fez foi formalmente atestar que o fornecimento está sendo plenamente satisfatório e que a fornecedora (Minas Fiat) tem atendido plenamente as necessidades do município. Esse atestado é documento apto a gerar a presunção de que todas as obrigações contratuais foram plenamente atendidas, inclusive em relação aos prazos para entrega de itens e realização de serviços.

Nesse contexto, não pode o administrador, de forma arbitrária e sem a devida comprovação, limitar a competitividade do certame. Ao reduzir drasticamente o número de potenciais fornecedores através da limitação de distância, o administrador gera voluntariamente um enorme prejuízo ao Município, já que impede a maior concorrência entre os fornecedores, o que comprovadamente potencializa a obtenção de melhores ofertas.

Destaca-se que, especificamente no caso do Município de Santo Antônio do Monte, a experiência dos certames passados já comprovou que é benéfica para o município a competição entre vários fornecedores que estão há mais de 23km de distância. Prova disso é que, na última contratação fornecedores de diversas cidades que se encontram há mais de 23km venceram vários itens e realizaram regular fornecimento/prestação de serviço (vide “Relatório de vencedores por item PL 54-20 Samonte” e “Ata PL 110 PP 54-2021 Samonte”, anexos).

Sendo assim, se até 2021 o município não verificou qualquer prejuízo nos fornecimentos e serviços serem prestados por fornecedores localizados há mais de 23km de distância, fica evidente que a exigência, para 2022 não encontra amparo fático que justifique o já mencionado impacto na competitividade da licitação.

Aparentemente a exigência de distância até 23km constitui medida protecionista e de favorecimento a fornecedor local, o que não pode prevalecer, já que o objetivo do procedimento licitatório é garantir iguais oportunidades de participação aos potenciais fornecedores e, ao mesmo tempo, maior vantagem ao ente público.

Outro ponto que merece atenção é o fato de que a documentação relativa à estimativa de preços realizada na fase interna da licitação contém orçamentos de empresas que estão fora do limite de distância imposto pelo edital (tal como o própria Minas Fiat, que é julgada adequada pelo município para fornecer orçamentos, mas tem sido impedida de participar da competição). Sendo assim, verifica-se que tal documentação não reflete a realidade do mercado a que o procedimento estará sujeito, não refletindo de forma honesta os preços

3. Da necessidade de suspensão do edital

Nos termos do art. 267 do RITCE, pode o Tribunal determinar a suspensão do procedimento licitatório quando houver fundado receio de grave lesão ao erário.

No presente caso, verifica-se que o prosseguimento da licitação (cuja abertura dos envelopes e sessão de lances está prevista para dia 16/02/2022) da forma como está, coloca o Município em flagrante risco de realizar contratação por preços bem superiores a aqueles que podem ser praticados com uma maior competitividade.

Portanto, presentes os requisitos que recomendam a suspensão da licitação até decisão de mérito, pede-se que assim o faça, a fim de garantir que não haja lesão ao erário.

4. Conclusão

As considerações presentes nesta denúncia só demonstram que a decisão tomada pelo Município de limitar de forma drástica e arbitrária o limite de distância da sede de licitante tem o condão de **DIRECIONAR A LICITAÇÃO** e **ILEGALMENTE** beneficiar determinadas empresas em detrimento das demais concorrentes do certame.

A irregularidade apontada transgrediu as normas que regulam o procedimento licitatório e vai contra a jurisprudência já consolidada neste Egrégio Tribunal de Contas.

Houve, portanto, grave e literal violação aos princípios listados no art. 3º da lei federal nº. 8.666/93, dentre os quais o princípio da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade.

5. Dos Pedidos

Pelo exposto, requer-se:

- a) Seja proferida decisão determinando a imediata suspensão do Processo Licitatório nº. 163/2021, pregão nº. 127/2021, nos termos do art. 267 do RITCE a
-

fim de evitar a realização da sessão de licitação que, como dito, provocará dano irreparável ao ente federativo e eventuais licitantes prejudicados.

b) Quando do Julgamento do mérito, sejam acolhidas as razões apresentadas, ordenado que se proceda a retificação do edital de Pregão nº 127/2021 do Município de Santo Antônio do Monte - MG com a alteração da cláusula que limita a distância para as empresas participantes para pelo menos 65 km, por ser medida que aumenta o universo de competidores, se mostrando mais vantajosa à administração municipal.

c) Se notifique o representante do município de Santo Antônio do Monte para prestar esclarecimentos: Praça Getúlio Vargas, nº. 18, Centro, em Santo Antônio do Monte/MG, para, querendo, prestar informações que julgar necessárias.

Termos em que, pede deferimento.

Divinópolis, 07 de fevereiro de 2022.

Daniel de Freitas Mesquita
